

## O ENSINO DE LEITURA E ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Aline Rafaela Lima e Silva Braga (1).

*Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/ CAA (alyne\_rafaella@yahoo.com.br)*

**Resumo:** O ensino de leitura e escrita, embora pareça uma tarefa muito simples, traz consigo uma complexidade bastante relevante no que concerne ao desafio do processo de ensino e aprendizagem da língua, que tem suas especificidades e por isso, precisa ocorrer a partir de práticas que auxiliem o desenvolvimento de fluência leitora, bem como dos níveis de Psicogênese da Língua Escrita, este último saber se divide em etapas que, perpassados até o estágio alfabético, garantirão à criança, o seu acesso a escrita de maneira satisfatória, restando apenas, a ampliação das aprendizagens referentes aos saberes ortográficos, as quais lhe acompanharão ainda por muitos anos. É importante ressaltar, ainda, a importância do papel do professor alfabetizador, no sentido de pensar sua prática docente na necessidade de perceber de maneira significativa o que e como ensinar a criança para garantir sua aquisição ao Sistema de Escrita Alfabética. Este estudo teve como objetivo analisar como ocorre o ensino de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética nos anos iniciais do Ensino Fundamental em uma sala de aula de terceiro ano do Ensino Fundamental, a partir das metodologias que têm sido realizadas em sala de aula, mais especificamente, caracterizar a prática da docente investigada e identificar sua concepção no que concerne ao ensino de práticas envolvendo a apropriação do SEA. Foi possível constatar, portanto, que a docente investigada por nós desenvolve em sala atividades profícuas para o desenvolvimento dos pequenos aprendizes contemplando momentos que ampliam as habilidades referentes a sua apropriação do SEA, embora não o faça de maneira sistematizada, dificultando assim, o desenvolvimento eficaz dos pequenos aprendizes.

**Palavras-chave:** Sistema de escrita alfabética, Leitura, Ensino, Aprendizagem.

### INTRODUÇÃO

A leitura é muito importante na formação social do indivíduo, pois oferece ao leitor outros recursos para descrever o mundo e se expressar, e não se dá apenas por ser fundamental em nossa formação intelectual, também permite ampliar horizontes dando acesso a um universo infinito de informações, ideias e sonhos.

Crianças que têm o hábito da leitura incentivado desenvolvem melhor seu senso crítico e possuem rendimento escolar alto, pois o hábito de ler ajuda a criar familiaridade com o universo da escrita, esta aproximação por sua vez, facilita a alfabetização. Por meio da leitura, o indivíduo desenvolve a criatividade, a imaginação, adquire cultura, conhecimentos e valores, formando um sujeito crítico e consciente de seu papel em sociedade.

No entanto, é sabido que o grau de conhecimento do sujeito em relação aos usos e funções da leitura e da escrita pode variar de acordo com o nível de letramento que este possui. Alguns indivíduos, embora leiam e escrevam, não compreendem o que fazem, tendo em vista aprenderem apenas por meio de memorização. Desta feita, os termos alfabetização e letramento foram

percebidos como processos interdependentes, de modo que o primeiro deles refere-se ao mero processo de codificação e decodificação da mensagem, enquanto o outro concerne ao entendimento do que é lido atrelado à utilização, com prioridade, das habilidades necessárias a leitura e a escrita nos mais variados contextos, de acordo com suas peculiaridades.

Nesse sentido, pesquisas relacionadas às teorias de alfabetização e letramento têm sido recorrentes no âmbito educacional, a fim de pensar ações metodológicas para os problemas de leitura e escrita presentes em nosso país. Desde a década de 1980, novos enfoques vêm sendo propostos para o ensino de leitura e escrita, que passa a enfatizar o processo de letramento, nos usos e funções da escrita, objetivando que o aluno não somente leia e escreva textos escolares, mas saiba também se comunicar através da leitura e da escrita (MALUF, 2008); (GOMBERT, 2008); (SOARES, 2003).

Tendo em vista sermos permeados pelas mais diversas formas de linguagem desde nosso nascimento, além do cenário descrito anteriormente, surge-nos algumas inquietações: qual relação é estabelecida pela escrita e a criança, antes de sua inserção na escola? qual a melhor metodologia de alfabetização? de que forma é possível que os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental se apropriem do Sistema de Escrita Alfabético-SEA a partir de jogos e atividades lúdicas?

Nesse sentido, acreditamos ser necessário pensar novas metodologias de alfabetização que permitam aos alunos a apropriação do SEA, a partir do envolvimento com jogos de reflexão da escrita, além de outras práticas lúdicas que auxiliem no desenvolvimento de habilidades da escrita dos mais diferentes gêneros textuais. Tal processo de aprendizagem deve ser percebido como uma ação sistemática e contínua, que contemple, no ensino de alfabetização, relações entre os saberes alfabéticos e ortográficos; de modo a favorecer a vivência cotidiana das crianças no mundo das letras, tendo no docente, mediação desse conhecimento.

Este projeto surgiu do interesse em analisar como ocorre o processo de apropriação do SEA, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, tomando por base a importância da inserção de metodologias significativas para a crianças, como a aplicação de jogos e atividades que auxiliem a reflexão do sistema notacional. Esta pesquisa objetivou analisar como ocorre o ensino de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em uma sala de terceiro ano do Ensino Fundamental, a partir das metodologias que têm sido realizadas em sala de aula, mais especificamente, caracterizar a prática da docente investigada e identificar sua concepção no que concerne ao ensino de práticas sistemáticas envolvendo a apropriação do SEA.

## **DAS TEORIAS ALFABETIZADORAS AO PROCESSO DE LETRAMENTO**

Ao pensarmos nos atuais debates acerca da alfabetização e do letramento, faz-se necessária a compreensão do processo histórico desse tema, partindo dos antigos métodos de alfabetização, enquanto importantes percussores dos atuais modelos de ensino, tendo em vista a busca incessante por um ensino significativo para as crianças, desde sua mais tenra idade.

As teorias de alfabetização surgiram ao longo da história, com o intuito de buscar soluções para problemas referentes ao aprendizado da leitura e da escrita, que circundam o pensamento de estudiosos desde o século XIX, com o intuito de melhorar a qualidade da alfabetização, num contexto em que se fazia necessário aprender a ler e escrever de forma rápida e eficaz. Nesse sentido, a partir do final do século XIX foi instituído o modelo republicano de escola, com o intuito de organizar um novo sistema de instrução pública, que respondesse às novas exigências políticas da época, trazendo à escola um caráter mais abrangente com a função de preparar novas gerações para o mercado de trabalho (MORTATTI, 2000).

O processo de apropriação da leitura e escrita foi, então, sendo pautado nas cartilhas e passou por algumas fases, a partir de estudos que tinham por objetivo desenvolver métodos mais eficazes para o ensino de alfabetização. Entre os métodos que historicamente ganharam maior visibilidade, estão os métodos de marcha sintética, como os de soletração, fônico e de silabação; sob a premissa de que o ensino de alfabetização deveria partir das unidades mais simples, como os fonemas, letras e sílabas, até chegar às mais complexas, como as palavras e pequenas frases, de maneira progressiva. O grupo de métodos analíticos passou a ser trabalhado a partir do pressuposto de que o ensino de alfabetização deveria ser iniciado numa lógica inversa, do ensino das unidades mais complexas às mais simples, de modo que o ensino de frases e pequenos textos, extrairia as palavras e suas partes menores (MORTATTI, 2000); (GALVÃO E LEAL, 2005).

No entanto, independentemente da metodologia utilizada na época, o ensino concebia o sistema notacional como mero conjunto de códigos, ao qual somente cabia a tarefa de memorizar o sistema alfabético, sob uma perspectiva empirista/associacionista, a partir da cópia, sem que nenhuma habilidade de compreensão fosse exigida.

Só nos anos 1980, novas ideias foram ganhando espaço numa busca por uma aprendizagem mais significativa, de modo que a criança passou a ser percebida como ser pensante, que, por estar

inserido em um contexto totalmente letrado, já estabelece, ainda que intuitivamente, relações entre escrita e pauta sonora. Viu-se a necessidade da promoção de momentos de reflexão da criança sobre o sistema notacional, a partir de novas metodologias de ensino, em detrimento das memorizações exaustivas e vazias de significado, utilizadas nos métodos tradicionais de alfabetização.

A ampliação da definição do que seria saber ler e escrever trouxe mudanças bastante significativas no processo de ensino dessas capacidades, de modo que alfabetização e letramento passaram a ser concebidas como complementares. Assim, o aluno não precisa aprender primeiro o código para então estudar sua utilização, mas pode, antes de ler e escrever já estar em contato com a língua escrita de maneira reflexiva, a fim de auxiliá-lo em seu processo de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética.

Muitos impasses vêm sendo travados por estudiosos da área do ensino da linguagem escrita acerca de como devem ser as propostas didáticas, nesses segmentos de ensino. Corroborando com Morais (2012), apontamos a necessidade de que as crianças concluam o primeiro ciclo do Ensino Fundamental tendo domínio das correspondências grafofônicas, ou seja, fazendo associações entre sons e grafias; para isso, é preciso percorrer um longo período no que se refere à compreensão de que a escrita corresponde a sons específicos, bem como à reflexão sobre o sistema de escrita alfabética.

É importante perceber o ensino do SEA aliando tanto habilidades de letramento, quanto de alfabetização numa ação sistemática da notação alfabética a partir de práticas que favoreçam a vivência cotidiana em vivências de leitura e escrita por meio dos estudantes, que, conforme Morais (2012) auxilia o indivíduo em seu processo de reflexão acerca da notação escrita, tendo no docente o papel de mediador desse conhecimento, que deve considerar as especificidades de cada turma.

É preciso conceber o processo de aprendizagem como uma atividade de troca e construção mútua de conhecimento do professor e do aluno, a partir das experiências de vida de ambos, ao invés de ver o docente como único detentor do saber. Ao profissional cabe buscar a melhor estratégia para sua sala de aula, considerando a não existência de um método perfeito a ser seguido, pois pesquisas revelam que cada sujeito aprende de uma forma diferente, em ritmos diferentes, conforme Frade (2003, p. 23) “sabemos que não são apenas os métodos que definem o aprendizado e que não é uma única estratégia metodológica que vale para todos”.

Decorre dessas necessidades o questionamento por parte de alguns docentes acerca *do que e como* ensinar, tendo em vista a indefinição, advinda da teoria construtivista, de um método específico, que funcione como receita para o ensino. Deve-se, pois, partir de uma nova visão sobre a real função social da língua e de suas implicações pedagógicas, tendo por base o pressuposto de que os antigos métodos de ensino tratavam-na como um código, de modo que os sujeitos apenas reproduziam o que lhes era pedido, sem ciência de sua finalidade e funcionalidade.

## ACERCA DA PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA

Durante muito tempo foi considerado que os alunos chegam à escola sem conhecimento algum, no que se refere à escrita, e que bastaria atividades de memorização para se ensinar os alunos a ler e escrever, no entanto estudos de Ferreiro e Teberosky (1986) demonstraram que as crianças formulam uma série de ideias próprias sobre a escrita alfabética, enquanto aprendem a ler e a escrever.

As hipóteses elaboradas pela criança seguem uma ordem de evolução em que, a princípio, não se estabelece uma relação entre as formas gráficas da escrita e os significantes das palavras (hipótese pré-silábica). Em seguida a criança constrói hipóteses de fonetização da escrita, inicialmente, relacionando os símbolos gráficos às sílabas orais das palavras (hipótese silábica) e finalmente compreende que as letras representam unidades menores que as sílabas: os fonemas da língua (hipótese alfabética). Entre esses dois momentos, haveria um período de transição (hipótese silábico-alfabética). (COUTINHO, 2005, p.50)

Entende-se por psicogênese como origem, gênese ou história da construção de conhecimentos. E a pesquisa de Ferreiro e Teberosky (1986) partiu da concepção de que aquisição do conhecimento se baseia na atividade do sujeito em interação com o objeto de conhecimento e demonstraram que a criança, já antes de chegar à escola, tem ideias e faz hipóteses sobre a escrita, descrevendo os estágios linguísticos que percorre até a aquisição da escrita e leitura. A pesquisa delas teve forte impacto no Brasil, a partir da década seguinte, sobretudo na Educação Infantil e nos anos iniciais destinados à alfabetização.

[...] Pretendemos demonstrar que a aprendizagem da leitura, entendida como questionamento a respeito da natureza, função e valor deste objeto cultural que é a escrita, inicia-se muito antes do que a escola imagina, transcorrendo por insuspeitados caminhos. Que além dos métodos, dos manuais, dos recursos didáticos, existe um sujeito que busca a aquisição de conhecimento, que se propõe problemas e trata de solucioná-los, segundo sua própria metodologia... insistiremos sobre o que se segue: trata-se de um

sujeito que procura adquirir conhecimento, e não simplesmente de um sujeito disposto ou mal disposto a adquirir uma técnica particular. [...] (FERREIRO; TEBEROSKY, 1986, p. 11).

Conseqüentemente, a Psicogênese da língua escrita descreve como a criança se apropria das habilidades de escrever e ler; e nesse sentido, faz-se necessário, perceber o que e como a criança escrita o que lhe é solicitado, a fim de que possamos notar a sua escrita, não como erro, mas na perspectiva de processos progressivos que levam à criança ao acerto.

Ferreiro e Teberosky pensam esse processo a partir da divisão de níveis, a saber: pré-silábico, silábico de quantidade, silábico de qualidade, silábico-alfabético e alfabético. O primeiro desses níveis de escrita é apresentado por meio de garatujas, rabiscos, e até mesmo, desenhos (FERREIRO; TEBEROSKY, 1986). Outra característica das crianças nessa hipótese é a associação das palavras ao seu significado, ou seja, se a criança é solicitada a identificar qual palavra é menor dentre BOI e BORBOLETA, certamente afirmará que a menor dentre elas é BORBOLETA, em virtude do realismo nominal apresentado nesse nível de escrita.

Essa etapa é marcada pela não fonetização da escrita e o maior desafio docente é de auxiliar a criança a compreender que a escrita das palavras é pautada pelos sons que representam. No nível silábico de quantidade, por sua vez, é comum que a criança utilize uma letra para cada sílaba, pois percebeu aí a presença dos sons que emite; no entanto, ainda o faz sem significação da escolha das letras utilizadas, empregando-as de maneira aleatória. Por outro lado, a criança pode também utilizar para cada sílaba uma letra que tenha significado sonoro real, e nesse caso, elas se encontrariam no nível silábico de qualidade.

É importante em sua rotina de trabalho o professor organizar atividades que considerem os conhecimentos do aluno e os levem a desenvolver a escrita convencional, ajudando-os a refletir acerca dos sons emitidos e daquilo que cada um representa. Além disso, é preciso pensar metodologias que levem os alunos à reflexão sobre as unidades existentes dentro de cada sílaba, as letras, e que estas ainda são constituídas de partes menores, os fonemas.

[...]as atividades realizadas no nível da palavra (composição e decomposição de palavras em sílabas e letras, comparação de palavras quanto à presença de sílabas e letras iguais, etc.) e as de análise fonológica são fundamentais. (COUTINHO, 2005, p.67)

O nível silábico-alfabético é considerado de transição, tendo em vista que a criança já tem se apropriado da necessidade de contemplar mais de uma letra para cada som pronunciado, embora



ainda não o faça em todos os casos necessários, de modo que ela apresenta oscilações entre a escrita de apenas uma letra para cada sílaba para alguns sons, e em outros, ela escreva mais de uma letra para cada som.

Por fim, no nível alfabético o aprendiz já entende e compreende a pauta sonora, tendendo a escrever as palavras da forma que as pronunciam. Embora esse seja o marco final da psicogênese da língua escrita, há ainda um longo caminho a ser percorrido para que a criança se aproprie corretamente as normas ortográficas que devem leva-la a escrita correta. Nesse nível, é desafio que cabe ao professor proporcionar atividades que levem seus alunos a refletir acerca da ortografia em especial no uso de palavras com R e RR, S e SS, Z e S, CH e X, que causam bastante confusão e estranhamento. Assim,

[...] O trabalho ortográfico deve ser percebido como um trabalho de reflexão, e não como um trabalho de memorização [...] e a exploração deverá incidir sobre a escrita convencional, de forma a levar os alunos a perceber que embora a escrita represente a fala, esta não é uma transcrição direta dela. (COUTINHO, 2005, p.63)

Para que haja evolução de um nível a outro, é necessário um trabalho sistemático e diferenciado, que auxilie o aluno a refletir a partir de palavras significativas; podendo partir dos nomes próprios dos alunos da classe, rótulo de lanches levados por eles para a escola, dentre outras situações que tragam para as crianças um real sentido no desenvolvimento de suas habilidades de leitura e escrita, nesse sentido,

O trabalho com os nomes próprios e palavras estáveis deve continuar (sobretudo para os silábicos-alfabéticos), mas dessa vez como um suporte de apoio à escrita de novas palavras e de reflexão sobre as regularidades da língua portuguesa, como, por exemplo, os nomes Oto e Horácio que começam com o mesmo som inicial, mas por convenção, são grafados de forma diferente. [...] como é o caso do S inicial e o do S entre vogais [...] como o som do X na palavra CHUVA (COUTINHO, 2005, p.63).

Os avanços psicogenéticos na escrita são diferentes entre os alunos, mediante o levantando de hipóteses sobre a escrita os alunos expressam erros construtivos– e o conhecimento dessas hipóteses propicia aos professores mediações oportunas e planejamento de atividades direcionadas a avanços na aquisição da língua escrita. Diante do acima exposto, é de suma importância que o professor conheça os níveis em que cada aluno se encontra, a fim de planejar vivências significativas e voltadas para o progresso de cada aluno. A heterogeneidade dos níveis presentes em uma sala de aula torna o planejamento do fazer docente ainda mais necessário que precisemos ainda

mais refletir a prática docente, a fim de desenvolver atividades diferenciadas, de acordo com o nível de escrita de cada um deles.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo considerou o qualitativo como abordagem na constituição de uma pesquisa (cf. VIANNA, 2003). Sabendo-se da ênfase, nesse tipo de pesquisa, no processo observado, e não meramente no produto, reconhecemos o contexto escolar como um ambiente de interação e participação dos sujeitos envolvidos no processo educativo, no qual os conteúdos, as relações e as ações são modificados e reconstruídos. Nesse sentido, André (2013, p.97) aponta que:

o contato direto e prolongado com os eventos e situações investigadas possibilita descrever ações e comportamentos, captar significados, analisar interações, compreender e interpretar linguagens, estudar representações, sem desvinculá-los do contexto e das circunstâncias especiais em que se manifestam. Assim, permitem compreender não só como surgem e se desenvolvem esses fenômenos, mas também como evoluem num dado período de tempo.

A pesquisa foi realizada com uma professora de terceiro ano do Ensino Fundamental, em uma escola pública da rede municipal de Belo Jardim – PE e configurou-se, também, como uma pesquisa de campo, a partir de observações participantes e de uma entrevista semiestruturada. Em conformidade com Rodrigues (2006) e Severino (2007), uma pesquisa de campo é a aquela que se realiza a partir da geração de dados no local próprio de ocorrência do fenômeno, sem que haja necessidade de manuseio ou interferência intencional por parte do pesquisador.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com relação às habilidades de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética – SEA, trabalhadas em sala de aula pela professora investigada, percebemos, em nossas observações, inúmeros momentos em que a professora apresentava em sua prática, atividades que auxiliavam na reflexão da língua, embora houvesse ausência de trabalho sistemático de desenvolvimento da leitura e da escrita.

Ao início de cada aula por nós observada, a professora realizava uma atividade, por ela denominada *treino ortográfico*, esta atividade era bem semelhante a um ditado de palavras, utilizando imagens para que as crianças escrevessem cada palavra como sabiam. Acreditamos na importância de atividades como essa, que embora seja chamada de ditado, traz uma abordagem



lúdica, além de impulsionar a criança à reflexão acerca do SEA no momento da escrita, não somente copiando o que é escrito no quadro, mas pensando em como a escrita nota.

Nesse sentido, Coutinho diz que atividades de ditado e autoditado devem ser utilizadas, com objetivos claros:

Atividades de ditado e autoditado podem e devem ser feitas, desde que o professor tenha clareza de quais objetivos possui com cada uma delas. O ditado pode ser uma grande fonte de exploração da escrita, se após a realização dele o professor problematiza as respostas dos alunos pedindo a eles que pensem sobre a forma convencional da escrita ou remetendo-lhes (em caso de dúvida) a palavras cuja forma lhes é conhecida, como, por exemplo, a lista dos nomes dos colegas. (COUTINHO, 2005, p.59)

Quando indagada a respeito da realização de ditados, a professora afirmou “*faço uso de atividades de treino ortográfico, pois é nesse momento que consigo perceber os avanços da escrita e o que os meninos ainda não sabem, sabe... se eles só copiam o que coloco no quadro, acabo nunca sabendo onde eles precisam melhorar [...]*”. Diante do acima exposto, o trabalho com ditado, deve ajudar o aluno no processo de construção da escrita, mostrando ao professor as possíveis dificuldades dos alunos, e levando os alunos a perceberem seus erros e terem consciência deles, mediante o processo de correção da atividade em questão. [...]Para aprender a ler e a escrever, o aluno precisa participar de situações que o desafiem[...] (GALVÃO E LEAL, 2005).

Ainda em sua prática, percebemos a presença de atividades de leitura os alunos recebem estímulos de leitura a partir da mediação da professora, que os leva a ler em conjunto em alguns momentos, e em outro, a continuar a leitura em pontos determinados por ela. Nos momentos de realização de leitura, a professora sempre solicitava que os alunos participassem junto com ela, deixando os mesmos bem livres, caso eles não desejassem participar. Percebe-se desta forma, a influência por parte da professora ao estimular os alunos a leitura, sem pressioná-los a realizarem tais momentos, tendo em vista que essa prática pode ser percebida como algo negativo do ponto de vista psicológico da criança.

Para Dutra, (2011), “ler é uma das competências mais importantes a serem trabalhadas com o aluno, principalmente após recentes pesquisas que apontam ser esta uma das principais deficiências do estudante brasileiro”. Uma leitura de qualidade representa a oportunidade de ampliar a visão do mundo. Através do hábito da leitura o homem pode tomar consciência das suas necessidades, promovendo assim a sua transformação e a do mundo.

Em todos os dias de nossas observações, percebemos a presença de leitura na sala de aula; ao término desse momento, a docente sempre realizava perguntas orais aos alunos, com o intuito de perceber a compreensão de cada aluno acerca do texto lido, para só então, realizar uma atividade escrita de interpretação textual. Percebemos, nesse sentido, que os alunos faziam a atividade escrita sem muitas dúvidas e com bastante segurança, tendo em vista já terem sido esclarecidos acerca da temática trabalhada.

Diante do exposto, percebe-se que a professora alfabetizava letrando, alfabetização deve acontecer mediante atividades de leitura e escrita, ou seja, em um contexto de letramento. “Esses processos são distintos, mas indissociáveis, porque as duas aprendizagens se fazem ao mesmo tempo, uma não é pré-requisito da outra.” (GALVÃO E LEAL 2005). Soares fala que alfabetizar letrando é o caminho para a superação dos problemas que vimos enfrentando nesta etapa da escolarização [...] (SOARES, 2003).

Com relação às atividades relacionadas ao desenvolvimento dos níveis da Psicogênese da Língua Escrita, percebemos a ausência de atividades que pudessem contemplar a heterogeneidade de níveis presente na sala de aula observada, com alunos que já liam e escreviam de maneira correta, além de alunos que ainda se encontravam em hipóteses psicogenéticas mais iniciais.

Diante dessa questão pensamos a importância de a professora se apropriar de maneira mais significativa das teorias referentes aos avanços da psicogênese, de modo que ela possa ter propriedade para planejar momentos que contemplem a progressão de tais níveis. Embora seja importante lembrar a importância da realização de atividades de apropriação do SEA bastante significativas.

## **CONCLUSÕES**

Esta pesquisa objetivou analisar como ocorre o ensino de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em uma sala de terceiro ano do Ensino Fundamental, a partir das metodologias que têm sido realizadas em sala de aula, mais especificamente, caracterizar a prática da docente investigada e identificar sua concepção no que concerne ao ensino de práticas sistemáticas envolvendo a apropriação do SEA.

Pudemos perceber, a partir da coleta e análise dos dados obtidos, que a docente investigada apresenta em suas vivências atividades importantes para o desenvolvimento das habilidades

necessárias ao uso da leitura e da escrita de maneira profícua, embora atividades importantes como as de produção textual não tenham sido contempladas. Nesse sentido, acreditamos na importância de ressaltar a necessidade de momentos de formação continuada que nos auxiliem a refletir o nosso fazer docente, de modo a facilitar o professor em sua prática docente de maneira a facilitar a aprendizagem de nossos alunos.

Nós, como educadores temos a missão de inserir a criança desde cedo nesse universo e principalmente nos comprometendo em oferecer essa inserção de forma instigadora, intensa e eficaz, a fim de que os nossos alunos possam, mais que aprender um código, serem capazes de compreender textos e produzirem com autonomia.

### REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. de. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador**. v. 22, n. 40, jul/dez. 2013. p. 95-103.

COUTINHO, M. de L. Psicogênese da língua escrita: o que é? Como intervir em cada uma das hipóteses? Uma conversa entre professores. In: MORAIS, A. G. de; ALBUQUERQUE, E. B. C. de; LEAL, T. F. org. **Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DUTRA, V. L.R. Abordagem funcional da gramática na Escola Básica. **Anais do VII Congresso Internacional da Abralín**. Curitiba, 2011. Disponível em: <<http://www.abralin.org>>. Acesso em 28/01/2016.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

FRADE, I. C. A. da S. **Alfabetização hoje: onde estão os métodos?** Revista Presença pedagógica. V. 9, n. 50. Março/abr 2003. Disponível em: <<http://www.presencapedagogica.com.br/capa6/artigos/50.pdf>>. Acesso em: 05/06/2016.

GALVÃO, A.; LEAL, T. F. Há lugar para métodos de alfabetização? Conversa com professores(as). In: MORAIS, A. G.; ALBUQUERQUE, E. B. C.; LEAL, T. F. (Org.). **Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 11-28.

MALUF, M. R.; GOMBERT, J. E. Habilidades implícitas e controle cognitivo na aprendizagem da linguagem escrita. In: MALUF, M. R.; GUIMARÃES, S.R. K. **Desenvolvimento da linguagem oral e escrita**. Curitiba: Editora UFPR, 2008. p. 123-135.

MORAIS, A. G. de. **Sistema de Escrita Alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012. (Como eu ensino).

MORTATTI, M. do R. L, **Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular**. Cad. CEDES vol.20 no. 52. Campinas. Nov. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622000000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622000000300004)>. Acesso em: 11 de junho de 2016.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia Científica: completo e essencial para a vida universitária**. São Paulo: Avercamp, 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, M. Alfabetização: a resignificação do conceito. IN: SOARES, Magda. **Alfabetização e Cidadania**. São Paulo, n. 16, p. 9-17, jul/2003.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano Editora, 2003.